



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/07/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	5
2.2. PRESIDÊNCIA.....	6
2.3. SEM ASSUNTO.....	7 - 11
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	12
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	13 - 15
3.3. COMEÇAR DE NOVO.....	16
3.4. DECISÕES.....	17
3.5. PRESIDÊNCIA.....	18 - 19
3.6. SEM ASSUNTO.....	20 - 22
4. JORNAL EXTRA	
4.1. SEM ASSUNTO.....	23
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	24
5.2. EXECUÇÃO PENAL.....	25 - 26
5.3. SEM ASSUNTO.....	27
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	28 - 30
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	31
7.2. DECISÕES.....	32
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	33
8.2. DECISÕES.....	34 - 35
8.3. EXECUÇÃO PENAL.....	36
8.4. PRESIDÊNCIA.....	37
8.5. SEM ASSUNTO.....	38 - 41

Pai, de 80 anos, reconhece a filha de 62 anos, no posto do "Reconhecer é Amar!"

José de Ribamar Calvert aproveitou a oportunidade para colocar seu nome no registro de nascimento da filha, Irene Nascimento



Em apenas dois dias de funcionamento, o posto do projeto "Reconhecer é Amar!" no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, já fez 14 atendimentos, sendo oito reconhecimentos voluntários de paternidade e seis indicações de paternidade. O projeto "Reconhecer é Amar!" foi criado pela Corregedoria Geral da Justiça para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, cuja campanha foi lançada nacionalmente nessa quarta-feira (18).

Atendendo de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o posto do "Reconhecer é Amar!" foi a oportunidade que faltava para José Ribamar Calvert, de 80 anos, enfim reconhecer legalmente a paternidade da filha Irene Mendes do Nascimento, de 62 anos. Depois de anos de convivência, Irene realizou o sonho de ter a sua paternidade declarada. "Estou muito feliz! Durante muito tempo quis que isso acontecesse. Sempre soube que ele era meu pai, sempre convivemos, mas agora,

além do carinho, terei o meu pai reconhecido nos meus documentos", comemorou ela, que é viúva, tem nove filhos e mora em São Luís.

O comerciante José Ribamar Calvert se emocionou ao assinar o Termo de Reconhecimento da Filha. "Sempre quis que todos os meus filhos fossem registrados. Nunca registrei porque a mãe dela não permitia, mas agora, tudo está se resolvendo", comentou ele, que tem 12 filhos, destes, nove foram registrados, um foi reconhecido recentemente e o último será reconhecido e breve, segundo José de Ribamar. Morador de Rosário, ele viajou até São Luís só para reconhecer a filha.

Oportunidade

No caso de José Ribamar e Irene, as informações sobre o projeto "Reconhecer é Amar!" e o posto instalado no fórum de São Luís chegou por uma filha de Irene. "Ela foi testemunha em um casamento realizado aqui no fórum, e a juíza anunciou que iria ter início o projeto. Ela sugeriu que eu falasse com o meu pai e o chamasse para fazer o meu reconhecimento", revelou Ire-

ne Mendes do Nascimento.

De acordo com os servidores que estão realizando os atendimentos no posto, muitas pessoas aproveitaram os dois primeiros dias de funcionamento para buscar mais informações. No local, panfletos com o passo a passo para a realização do reconhecimento de paternidade.

"O projeto 'Reconhecer é Amar!' é uma forma simples e gratuita de todo pai reconhecer voluntariamente a paternidade de seu filho. E as mães e filhos maiores de idade também podem indicar essa paternidade. Queremos que todos os filhos, no Maranhão, possam ter o nome de seu pai declarado em sua certidão de nascimento", destacou o corregedor-geral da Justiça, desembargado Cleones Carvalho Cunha, que fez questão de presenciar o reconhecimento feito por José Ribamar Calvert.

Procedimentos-Pelo projeto "Reconhecer é Amar!", o pai que sabe que é pai e o seu filho não tem o nome do pai na certidão de nascimento, pode procurar o posto do "Reconhecer é Amar" no Fórum de São, com documentos pessoais e a certidão de nascimento do filho que será reconhecido. Se o filho for maior de 18 anos, ele deve concordar com o reconhecimento.

Com a manifestação do reconhecimento voluntário e confirmação da documentação será feito o Termo de Reconhecimento do Filho. O Termo é enviado pela equipe do projeto ao cartório onde o filho foi registrado, onde será feita a averbação da paternidade no registro de nascimento e a emissão da nova certidão, que será enviada pela CGJ ao filho reconhecido.

Já a mãe que queira in-

dicar a paternidade de seu filho, pode procurar o posto do "Reconhecer é Amar" no Fórum de São Luís, também com documentos pessoais, a Certidão de Nascimento do filho a ser reconhecido e as informações pessoais do suposto pai - nome, endereço e, se possível, outros dados. Com a confirmação da documentação será preenchido o Termo de Indicação de Paternidade. O Termo de Indicação será encaminhado pelo cartório a um juiz competente, que fará a notificação do suposto pai. Ele tem 30 dias para se manifestar acerca da paternidade.

Se o pai reconhecer, ele assinará o Termo de Reconhecimento do Filho, que será enviado ao cartório para averbação do registro de nascimento e emissão de nova certidão. Caso o suposto pai não reconheça a paternidade ou não se manifestar, o juiz remeterá o caso ao Ministério Público, para que seja ajuizada Ação de Investigação de Paternidade.

No caso da pessoa maior de 18 anos, que sabe quem é o seu pai e quer ter essa paternidade reconhecida, basta procurar o posto do projeto no Fórum de São Luís, com seus documentos pessoais, incluindo a Certidão de Nascimento, e as informações pessoais do seu suposto pai. O filho preenche o Termo de Indicação de Paternidade e o trâmite segue, como no caso da indicação feita pela mãe.

Quando o pai não se manifesta voluntariamente e em audiência com o juiz ele nega a paternidade, o juiz proporá a realização do teste de DNA. Esse teste é feito no próprio Fórum Des. Sarney Costa, onde há o Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Juizado do Maracanã realiza mutirão de audiências

O juiz José Raimundo Sampaio Silva, titular do 13º Juizado Especial Cível e Criminal, no bairro do Maracanã, está realizando um mutirão de audiências na unidade judicial. Serão realizadas até a sexta-feira (20), um total de 240 audiências, sempre no horário das nove ao meio-dia. A maioria das audiências é referente à pauta de 2013 e estão sendo antecipadas. Este é o segundo mutirão de audiências, o primeiro foi realizado em novembro do ano passado, com 213 processos selecionados. Além do magistrado, mais cinco servidores auxiliam nos trabalhos. Tramitam atualmente no Juizado do Maracanã cerca de 4 mil processos.

3ª Vara Criminal de Timon concede induto a 33 apenados

A juíza Lewman de Moura Silva, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Timon, presidiu na última semana, uma solenidade de entrega de indutos a 33 apenados. A cerimônia, realizada no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, contou com a presença de representantes da Associação de Proteção aos Condenados de Timon - APAC e da Pastoral Carcerária. Os 33 beneficiados com o indulto cumpriam penas por diversos crimes, como lesão corporal leve, furto e assalto. Durante a entrega do indulto aos reeducandos, Lewman de Moura usou a palavra para aconselhar os agraciados com o benefício. A magistrada afirmou que as drogas são os grandes inimigos na vida dos ex-detentos.

3ª Vara Criminal de Timon concede induto a 33 apenados II

“O conselho que posso dar a esses apenados é de que se mantenham longe das drogas e valorizem a família. Sugiro que vocês procurem a igreja como suporte espiritual para uma nova vida”, falou aos presentes. O indulto é uma concessão do governo federal e beneficia com a extinção de pena àqueles que por bom comportamento cumpriam a condenação em liberdade condicional. Os agraciados devem obedecer às exigências da lei, entre as quais comparecer regularmente ao Fórum para assinar frequência, não se envolverem em novos delitos, nem viajarem para fora da cidade sem autorização do judiciário.

JUSTIÇA

Três novas Varas Cíveis Serão instaladas em SL

Três novas varas cíveis serão instaladas em São Luís até o final do ano, no anexo do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A medida vai elevar para 12 o número de varas cíveis na capital e maior comarca do estado, e atacar de frente ponto crítico para acúmulo de processos no Judiciário maranhense. Há unidades com acervo superior a 6 mil processos.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, deu garantias à instalação e há entendimentos para que chegue a cinco o número de varas, informou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, na sessão plenária administrativa do TJMA dessa quarta-feira, 18. O anúncio foi bem recebido, também em razão do crescimento demográfico da capital e da população estimada em 1 milhão de habitantes.

O desembargador Paulo Velten Pereira citou as varas cíveis como o grande obstáculo do Judiciário em São Luís e disse causar séria preocupação o fato de ser humanamente impossível a um juiz cuidar de unidade jurisdicional com esse volume de processos.

Segundo o corregedor, antes da instalação o Judiciário reunirá os juízes das nove varas cíveis em funcionamento, e das varas futuras, para discutir meios de reduzir efetivamente os estoques processuais. Cleones Cunha lembrou que levantamentos anteriores revelaram quantidade de autos menor ao informado. Conferir a baixa do processo no sistema de dados do TJMA é uma das ações que permite checar o total de feitos.

"As varas cíveis da capital atingiram nível de estrangulamento sem precedentes, também devido ao contínuo aumento das demandas. As novas varas vão corrigir boa parte dessas distorções", observa Guerreiro Júnior.

As nove varas cíveis de São Luís funcionam todas no Fórum do Calhau, inaugurado em 1988 e que deveria funcionar com limite de 20 varas judiciais. Havia ali 41 varas - mais que o dobro -, incluindo Cíveis, de Família, Criminais, da Fazenda Pública, Entorpecentes e do Tribunal do Júri. Há dois meses as unidades são gradualmente transferidas para o anexo construído pelo Tribunal de Justiça.

ACERTOS

Ayres Britto elogia pontos de gestão do TJMA



Guerreiro Júnior vai a Brasília e TJMA recebe elogios de Ayres Britto

Após agenda de trabalho com o presidente do STF na última quarta-feira, 18, em Brasília, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, se mostra entusiasmado com a disposição do ministro Ayres Britto em atuar decisivamente no encaminhamento e solução a problemas do Judiciário nacional, e pelas considerações positivas sobre pontos da sua gestão e dinâmica de trabalho do TJMA.

O ministro fez menções em especial à iniciativa do tribunal maranhense em divulgar para a sociedade, sem reservas, a sua folha de pagamento de magistrados e servidores, e detalhamento de dados financeiros da gestão; e quanto a boa produtividade

de da magistratura de 1º e 2º graus.

O portal www.tjma.jus.br foi aberto em telão durante a reunião do ministro com presidentes de TJs e citado como exemplo de transparência no Judiciário.

Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, e intermediador do encontro desembargador Marcus Faver, revelou que os TJs respondem por cerca de 80% da demanda processual no Brasil "e precisam ser vistos de forma diferenciada dentro do Poder Judiciário".

Segundo Guerreiro Júnior, o presidente do STF formulou várias perguntas sobre o TJMA - de ordem financeira, administrativa e de encaminhamento de serviços e projetos - e demonstrou estar satisfeito com as respostas.

POLÍCIA

TRINTA E TRÊS APENADOS RECEBEM BENEFÍCIO DO INDULTO

A juíza Lewman de Moura Silva, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Timon, presidiu na última semana, uma solenidade de entrega de indultos a 33 apenados. **PAG. 08**

TIMON

Trinta e três apenados recebem benefício do Indulto

A juíza Lewman de Moura Silva, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Timon, presidiu na última semana, uma solenidade de entrega de indultos a 33 apenados. A cerimônia, realizada no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, contou com a presença de representantes da Associação de Proteção aos Condenados de Timon - APAC e da Pastoral Carcerária.

Os 33 beneficiados com o indulto cumpriam penas por diversos crimes, como lesão corporal leve, furto e assalto. Durante a entrega do indulto aos reeducandos, Lewman de Moura usou a palavra para aconselhar os agraciados com o benefício. A magistrada afirmou que as drogas são os grandes inimi-

gos na vida dos ex-detentos.

"O conselho que posso dar a esses apenados é de que se mantenham longe das drogas e valorizem a família. Sugiro que vocês procurem a igreja como suporte espiritual para uma nova vida", falou aos presentes.

O indulto é uma concessão do governo federal e beneficia com a extinção de pena àqueles que por bom comportamento cumpriram a condenação em liberdade condicional. Os agraciados devem obedecer às exigências da lei, entre as quais comparecer regularmente ao Fórum para assinar frequência, não se envolverem em novos delitos, nem viajaram para fora da cidade sem autorização do judiciário.

IMPERATRIZ

Júris da 2ª Vara Criminal movimentam a comarca

Desde ontem, quinta-feira (19), três júris promovidos pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz movimentam a comarca. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Feitosa, os julgamentos, que fazem parte da 2ª Reunião do Tribunal de Júri da Vara, acontecem no Salão de Júri do fórum, sempre a partir das 8h. Entre os réus que irão a julgamento, os policiais militares Smailly Araújo Carvalho da Silva e Antonio Ribeiro Abreu, acusados de sequestro, homicídio e ocultação do cadáver do estudante Ivanildo Paiva Barbosa Júnior, 19 anos, crime ocorrido em 2008.

Clube - Raimundo Pereira da Silva, 35 anos, estivador, e Luis Carlos Freitas dos Santos, o "Galetinho", 39 anos, pedreiro, são os réus do júri iniciados ontem, quinta-feira (19). O primeiro é acusado de tentativa de homicídio contra as vítimas Cleilson Saraiva de

Almeida, lavador de carros, e Ramon Rodrigo Silva Ribeiro, pintor, ambos com 27 anos. Contra Luis Carlos pesa a acusação de ter dado fuga a Raimundo.

Segundo o processo, no dia 29 de junho de 2008, por volta de 1h50, em um clube localizado no bairro Vila João Castelo (Imperatriz), Raimundo, que trabalhava como segurança do estabelecimento, teria discutido com Ramon, após o que sacou do revólver 38 que portava, atirando. Um dos disparos teria atingido Cleilson, que também se encontrava no local. Após o ocorrido, Luis Carlos, que seria o dono do equipamento de som utilizado no clube, teria dado fuga a Raimundo.

Raimundo foi intimado pessoalmente do julgamento, enquanto que a intimação de Luis Carlos foi feita via edital, uma vez que o acusado não foi localizado em seu en-

dereço.

Policiais - No dia 24, o júri dos policiais Smailly Araújo e Antonio Abreu promete atrair um grande público ao fórum de Imperatriz. Segundo a juíza Suely Feitosa, devido à expectativa em torno do julgamento dos acusados de sequestrar, matar e ocultar o cadáver de Ivanildo Paiva Júnior, foi solicitado reforço policial para a ocasião. "Estamos ultimando os preparativos para o júri", assegura a magistrada.

Consta dos autos que o estudante desapareceu na madrugada do dia 13 de setembro de 2008, depois de sair de uma festa, quando teria sido abordado pelos policiais e colocado no porta-malas do carro. O corpo do estudante foi encontrado oito dias depois, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz (Imperatriz) com uma perfuração de bala na nuca.

Em depoimento, outro acu-

sado do crime, o pagodeiro Claudiomar Pereira dos Santos, o "Claudinho", garantiu ter presenciado o momento em que o estudante foi espancado e depois morto pelos policiais.

Caludiomar foi julgado em 2009 e encontra-se preso na CCPJ de Imperatriz.

Faca - No júri do dia 26, José Soares de Sousa, 43 anos, responde pela acusação de homicídio contra Carlos Antonio Rodrigues, 34 anos.

De acordo com a denúncia, o crime teria ocorrido em 13 de julho de 2006, por volta das 20h30, em frente à casa do réu, para onde a vítima teria ido, armada de faca, com o intuito declarado de matar José. Na ocasião, o acusado teria se armado com uma faca e um revólver, passando a desferir na vítima golpes de faca, após o que atirou contra Carlos Antonio, matando-o.

Pai de 80 anos reconhece na justiça a filha após 62 anos

06



CIDADE

Em apenas dois dias de funcionamento, o posto do projeto "Reconhecer é Amar!" no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, já fez 14 atendimentos, sendo oito reconhecimentos voluntários de paternidade e seis indicações de paternidade.

"RECONHECER É AMAR!"

Pai de 80 anos reconhece na justiça a filha após 62 anos



José Calvert aproveitou a oportunidade para dar seu sobrenome à filha

Em apenas dois dias de funcionamento, o posto do projeto "Reconhecer é Amar!" no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, já fez 14 atendimentos, sendo oito reconhecimentos voluntários de paternidade e seis indicações de paternidade. O projeto "Reconhecer é Amar!" foi criado pela Corregedoria Geral da Justiça para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, cuja campanha foi lançada nacionalmente na última quarta-feira (18).

Atendendo de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o posto do "Reconhecer é Amar!" foi a oportunidade que faltava para José Ribamar Calvert, de 80 anos, enfim reconhecer legalmente a paternidade da filha Irene Mendes do Nascimento, de 62 anos. Depois de anos de convivência, Irene realizou o

sonho de ter a sua paternidade declarada. "Estou muito feliz! Durante muito tempo quis que isso acontecesse. Sempre soube que ele era meu pai, sempre convivemos, mas agora, além do carinho, terei o meu pai reconhecido nos meus documentos", comemorou ela, que é viúva, tem nove filhos e mora em São Luís.

O comerciante José Ribamar Calvert se emocionou ao assinar o Termo de Reconhecimento da Filha. "Sempre quis que todos os meus filhos fossem registrados. Nunca a registrei porque a mãe dela não permitia, mas agora, tudo está se resolvendo", comentou ele, que tem 12 filhos, destes, nove foram registrados, um foi reconhecido recentemente e o último será reconhecido e breve, segundo José de Ribamar. Morador de Rosário, ele viajou até São Luís só para reconhecer a filha.

Agora são 12 varas cíveis na Capital

Até o final do ano três novas varas cíveis serão instaladas em São Luís, no anexo do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A medida vai elevar para 12 o número de varas cíveis na

Capital e maior comarca do estado, e atacar de frente ponto crítico para acúmulo de processos no Judiciário maranhense. Há unidades com acervo superior a 6 mil processos.



Caso Décio Sá

Justiça do Piauí decreta prisão de agiotas suspeitos do crime

"Consórcio" de agiotas envolvido na execução do empresário Fábio Brasil, em Teresina, é o mesmo que planejou e executou o assassinato do jornalista maranhense. Do bando, apenas Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Buchecha*, não foi incluído. **Polícia 6**

Justiça do Piauí decreta a prisão de envolvidos no Caso Décio Sá

Decisão foi motivada pelo assassinato do empresário Fábio Brasil, ocorrido no estado vizinho, um mês antes da morte do jornalista maranhense; do consórcio de agiotas preso no Maranhão, apenas o *Buchecha* não foi incluído pela Justiça piauiense

Leandro Santos
Da equipe de **O Estado**

A Justiça do Piauí decretou, na tarde de ontem, a prisão preventiva dos integrantes do "consórcio" de agiotas envolvido na execução do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, no primeiro semestre deste ano, na cidade de Teresina. As mesmas pessoas que participaram da morte do empresário são suspeitas, também, de terem planejado e executado a morte do blogueiro e jornalista Décio Sá, assassinado no dia 23 de abril, em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís.

Fábio Brasil foi morto no dia 31 de março deste ano com três tiros de pistola PT 380, em frente a uma concessionária de veículos, em Teresina. O autor dos disparos foi o paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, o mesmo que assassinou Sá na noite do dia 23 de abril na Avenida Litorânea.

Prisões - "Eu recebi a informação da polícia do Piauí de que foi pedida a prisão preventiva dos envolvidos na execução do Fáb-

bio Brasil e que são os mesmos que participaram da morte de Décio Sá", disse o secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP), Aluísio Mendes.

Além de Jhonatan de Sousa, assassino confesso do jornalista, tiveram também a prisão preventiva decretada pela Justiça piauiense o empresário Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos; José Raimundo Sales Chaves, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, e Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Fábio Capita*, que é subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Maranhão (PMMA). Somente Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Buchecha*, de 32 anos, que participou da morte de Décio Sá, não foi incluído.

O secretário Aluísio Mendes avaliou como positivo o pedido de prisão preventiva dos suspeitos de terem executado o empresário Fábio Brasil e que também planejaram a morte de Sá. "Isso somente vem para corroborar o trabalho da polícia. O fato de a polícia do Piauí ter representado contra eles é sinal de que estamos no caminho certo para elucidar os dois casos", afirmou o secretário.

Prorrogação - Na quinta-feira, 12, a Justiça maranhense prorrogou a prisão temporária dos envolvidos na morte do jornalista Décio Sá. A decisão, expedida pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, estendeu por mais 30 dias a detenção dos suspeitos e foi solicitada pela comissão de delegados responsável pela elucidação do assassinato do jornalista, uma vez que o inquérito policial que apura o caso ainda não foi concluído.

A comissão de delegados também tinha a opção de pedir à Justiça a prisão preventiva dos envolvidos, no entanto, entendeu que a melhor decisão, no momento, seria a prorrogação da temporária, para que as investigações pudessem prosseguir normalmente. "Foi solicitada a prorrogação da prisão temporária dos envolvidos por mais 30 dias, que achamos ser o tempo suficiente para a conclusão do inquérito", disse, na época, o delegado Jeffrey Furtado, um dos responsáveis pela investigação.

O titular da SSP pontuou que dentro desse prazo o inquérito policial será concluído. "Nós já estamos finalizando o inquérito e em breve ele será remetido para a Justiça", afirmou Mendes.



Jhonatan de Sousa, assassino confesso de Décio Sá e Fábio Brasil, teve prisão preventiva decretada

Mais

Na madrugada do dia 13 de junho, os suspeitos de envolvimento na execução de Décio Sá foram localizados e presos, com exceção do assassino confesso, Jhonatan de Sousa, que havia sido detido desde o dia 5 daquele mês. Intitulada de Operação Detonando, o trabalho policial teve a participação de 12 delegados, 70 agentes e equipes do Grupo Tático Aéreo (GTA).

Mão de obra

O empresário André Mendonça, do grupo Lavamatic-Lavatec, está de parabéns pela sua participação no programa "Começar de Novo", deflagrado pelo Conselho Nacional de Justiça. O programa visa beneficiar presos através da ressocialização pelo trabalho. A Lavatec é uma das empresas conveniadas e oferece o ambiente de trabalho para presidiárias do Maranhão, onde elas executam o serviço, em escala industrial, de higienização de peças de cama e banho, como lençóis, fronhas, uniformes, cobertores de cama e toalhas de hotéis, hospitais e empreiteiras de São Luís. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, cerca de 510 presos já participaram desse programa.

Último dos indiciados pela morte de Stênio vai a júri

Máximo Moura, que seria dono de um dos carros usados no crime, está foragido

Está marcado para o dia 30 de agosto o julgamento do comerciante Máximo Moura Lima, suspeito de ter participado da execução do delegado Stênio José Mendonça, no dia 25 de maio de 1997, na Avenida Litorânea, em São Luís. Apesar de o acusado continuar foragido, a sessão do Tribunal do Júri foi confirmada e, caso ele não seja encontrado para a citação até essa data, o julgamento será feito à revelia, ou seja, sem a presença do réu.

Contra Máximo Moura pesa a acusação de que seria a pessoa designada para o monitoramento dos passos do delegado Stênio Mendonça e repassar as informações para os organizadores do crime, além de ter sido o homem que forneceu um dos veículos utilizados na ação criminosa, realizada no dia 25 de maio de 1997, na Litorânea. Na época, ele também foi citado no depoimento de Jorge Meris de Almeida, motorista de carreta que denunciou o crime, como a pessoa que forneceu o automóvel.

Por conta da participação no caso Stênio Mendonça, Máximo Moura foi indiciado e teve prisão preventiva decretada. No entanto, ao ser preso, ele negou envolvimento no crime, ressaltando



Arquivo

Delegado Stênio Mendonça, morto na Avenida Litorânea em 1997

que poderia ser feita qualquer investigação em sua vida que nada seria encontrado que desabonasse a sua conduta.

Por força de um habeas corpus, Máximo Moura foi liberado e desde essa época desapareceu. Ele deveria ter sido julgado no dia 6 de março de 2002, no entanto, não compareceu ao Fórum Desembargador Sarney Costa, pois não teria sido encontrado a tempo pelos oficiais de Justiça encarregados de sua intimação.

Entenda o caso - A morte de Stênio Mendonça ocorreu no calçadão na Avenida Litorânea, quando a vítima se preparava para uma caminhada. Entre os envolvidos no caso estavam o empresário Joaquim Felipe de Sousa, o *Joaquim Laurixto*, que foi condenado e assassinado em 29 de outubro de 2008; José Hum-

berto Gomes de Oliveira, o *Bel*, (morto em uma chacina no interior do estado), o ex-deputado José Gerardo de Abreu, que foi condenado, o ex-agente de polícia Jorge Silva Gabina, o delegado Luiz de Moura Silva, a também policial civil Ilce Gabina de Moura, mulher de Moura, e o empresário paulista William Sozza, que seria o chefe do Crime Organizado, todos condenados.

Ismael Costa e Silva, o *Roni*, foi apontado como um dos matadores de Stênio e que teria agido em companhia do cabo PM Cruz (que também estava na chacina do Bando Bel), e do pistoleiro José Rodrigues da Silva, o *Zé Júlio* (espécie de filho adotivo de *Joaquim Laurixto*). O processo inclui ainda o homem conhecido como Ismael. Máximo Moura é o último dos indiciados a ser julgado, quando a maioria já deixou a prisão.

Presidente do STF faz elogios a ações da Justiça maranhense

Ayres Britto ressaltou transparência do TJMA. **Geral 5**

Ayres Britto elogia pontos de gestão da Justiça no Maranhão

Presidente do Supremo Tribunal Federal fez menções a algumas iniciativas do TJ/MA

Após agenda de trabalho com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), quarta-feira, em Brasília, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior, se mostrou entusiasmado com a disposição do ministro Ayres Britto em atuar decisivamente no encaminhamento e solução a problemas do Judiciário nacional e pelas considerações positivas sobre pontos da sua gestão e dinâmica de trabalho do TJMA.

O ministro fez menções em especial à iniciativa do tribunal maranhense em divulgar para a sociedade, sem reservas, a sua folha de pagamento de magistrados e servidores, e detalhamento de dados financeiros da gestão; e quanto a boa produtividade da magistratura de 1º e 2º graus.

O portal www.tjma.jus.br foi aberto em telão durante a reunião do ministro com presidentes de TJs e citado como exemplo de

transparência no Judiciário. Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, e intermediador do encontro, o desembargador Marcus Favre revelou que os TJs respondem por cerca de 80% da demanda processual no Brasil “e precisam ser vistos de forma diferenciada dentro do Poder Judiciário”.

Segundo Guerreiro Júnior, o presidente do STF formulou várias perguntas sobre o TJMA – de ordem financeira, administrativa e de encaminhamento de serviços e projetos – e demonstrou estar satisfeito com as respostas.

No setor de obras, por exemplo, foi informado sobre a reforma de fóruns – e planos para a construção de pelo menos 10 novos – e da iniciativa da atual gestão em autorizar o resgate de quatro prédios históricos. O presidente do TJMA salientou a dificuldade orçamentária para tocar e concluir esses serviços. “Levei ao ministro diagnóstico da Justiça maranhense, e o encontrei não apenas disposto a escutar, como a encontrar saídas a inquietações minhas e de outros presidentes de tribunais de justiça”, disse Guerreiro Júnior.



Divulgação

Guerreiro Júnior participou da reunião do Judiciário, em Brasília

Pai de 80 anos reconhece filha de 62 em projeto

Pelo projeto Reconhecer é Amar!, o aposentado José Ribamar Calvet, de 80 anos, reconheceu ser pai de Irene Mendes, de 62 anos. O fato chamou a atenção no posto da CGJ. **Cidades 2**



Irene Mendes abraça o pai, José Ribamar Calvet, após registro

Com projeto da CGJ, pai de 80 anos reconhece filha depois de 62 anos

José Ribamar Calvet convivia com a filha, mas nunca teve oportunidade de retificar seu registro de nascimento; ontem, por meio do projeto Reconhecer é Amar!, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão, essa questão foi resolvida

Jock Dean
Da equipe de O Estado

Desde a quarta-feira, dia 18, começou a funcionar, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, um posto fixo do projeto Reconhecer é Amar!, coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão (CGJ), com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E ontem, no segundo dia de funcionamento do posto, um fato chamou a atenção dos funcionários do fórum, quando um aposentado de 80 anos reconheceu a paternidade da filha, de 62.

Irene Mendes do Nascimento, 62 anos, é a mais velha dos 12 filhos de José Ribamar Calvet, de 80 anos. Quando ela nasceu, na cidade de Rosário, onde os dois residem até hoje, ele tinha acabado de se casar e, por essa razão, a mãe dela a registrou sem o nome do pai. "Mas eu sempre soube que ele era meu pai. Eu cresci próxima a ele. O fato de não ter o nome dele no meu registro nunca atrapalhou nossa relação ou a minha relação com meus irmãos", afirmou a aposentada.

Por causa das dificuldades de tirar uma nova Certidão de Nascimento, Irene Mendes precisou esperar 62 anos para se tornar Irene Mendes Calvet do Nascimento, o que aconte-

ceu na manhã de ontem, em São Luís. A iniciativa de vir para a capital regularizar a situação partiu do próprio pai. "Eu sempre a tratei como filha, independentemente de qualquer coisa. Então, achei que já estava na hora dela ter meu nome no registro, como os irmãos", informou José Ribamar Calvet.

Para a filha do aposentado, o reconhecimento da paternidade foi um momento de muita alegria. "Todo filho quer ter o nome do pai nos documentos, e eu tinha essa vontade. Por isso estou muito feliz", declarou. Além de Irene, José Ribamar Calvet reconheceu, no início do ano, a paternidade de José Ribamar Mendes e agora pretende fazer o mesmo com Claudionor Mendes. "Meus outros filhos estão todos registrados", frisou.

Projeto - Pelo projeto Reconhecer é Amar!, o homem que sabe que é pai, e não tendo seu filho a paternidade reconhecida na Certidão de Nascimento, pode procurar o posto instalado no Fórum de São Luís, com documentos pessoais e a Certidão de Nascimento do filho que será reconhecido. Se o filho for maior de 18 anos, ele precisa acompanhar o pai para mostrar que concorda com o reconhecimento.

Com a manifestação do reconhecimento voluntário e confirmação da documenta-

ção será feito o Termo de Reconhecimento do Filho. O Termo é enviado pela equipe do projeto ao cartório no qual o filho foi registrado, onde será feita a averbação da paternidade no registro de nascimento e a emissão da nova certidão, que será enviada pela CGJ ao filho reconhecido.

Nos dois primeiros dias de funcionamento, pelo menos 20 filhos já tiveram a paternidade reconhecida voluntariamente. "Estamos todos empenhados no reconhecimento de paternidade de tantas crianças que vivem Maranhão e no Brasil inteiro. Nosso interesse é justamente possibilitar esse reconhecimento e que os pais possam entender que é um direito e uma necessidade dessas crianças terem o nome do pai em seu registro de nascimento", afirmou o corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha.



José Ribamar Calvet e sua filha Irene Mendes Calvet do Nascimento

Como proceder:

Mesmo que o pai não se manifeste voluntariamente para reconhecer a paternidade do filho, há outras formas de garantir seu nome na Certidão de Nascimento.

A mãe pode indicar a paternidade de seu filho procurando o posto do Reconhecer é Amar!, com seus documentos pessoais, a Certidão de Nascimento do filho a ser reconhecido e as informações pessoais do suposto pai - nome, endereço e, se possível, outros dados. Com a confirmação da documentação, será preenchido o Termo de Indicação de Paternidade, a ser encaminhado pelo cartório a um juiz competente, que fará a notificação do suposto pai, que tem 30 dias para se manifestar acerca da paternidade.

No caso de pessoa maior de 18 anos que sabe quem é o seu pai e quer ter essa paternidade reconhecida, basta procurar o posto do projeto no Fórum de São Luís, com seus documentos pessoais, incluindo a Certidão de Nascimento, e as informações pessoais do seu suposto pai. O filho preenche o Termo de Indicação de Paternidade e o trâmite segue, como no caso da indicação feita pela mãe.

Nos dois casos acima, se o suposto pai não reconhecer a paternidade ou não se manifestar, o juiz remeterá o caso ao Ministério Público, para que seja ajuizada Ação de Investigação de Paternidade, e o juiz solicitará a realização do teste de DNA. Esse teste é feito no próprio Fórum Desembargador Sarney Costa, no qual há o Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Pai, de 80 anos, reconhece a filha de 62 anos no MA

Em apenas dois dias de funcionamento, o posto do projeto “Reconhecer é Amar!” no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, já fez 14 atendimentos, sendo oito reconhecimentos voluntários de paternidade e seis indicações de paternidade. O projeto “Reconhecer é Amar!” foi criado pela Corregedoria Geral da Justiça para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, cuja campanha foi lançada nacionalmente na quarta-feira (18).

Atendendo de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o posto do “Reconhecer é Amar!” foi a oportunidade que faltava para José Ribamar Calvert, de 80 anos, enfim, reconhecer legalmente a paternidade da filha Irene Mendes do Nascimento, de 62 anos. Depois de anos de convivência, Irene realizou o sonho de ter a sua paternidade declarada. “Estou muito feliz! Durante muito tempo quis que isso acontecesse. Sempre soube que ele era meu pai, sempre

convivemos, mas agora, além do carinho, terei o meu pai reconhecido nos meus documentos”, comemorou ela, que é viúva, tem nove filhos e mora em São Luís.

O comerciante José Ribamar Calvert se emocionou ao assinar o Termo de Reconhecimento da Filha. “Sempre quis que todos os meus filhos fossem registrados. Nunca a registrei porque a mãe dela não permitia, mas agora, tudo está se resolvendo”, comentou ele, que tem 12 filhos, destes, nove foram registrados, um foi reconhecido recentemente e o último será reconhecido e breve, segundo José de Ribamar. Morador de Rosário, ele viajou até São Luís só para reconhecer a filha.

No caso de José Ribamar e Irene, as informações sobre o projeto “Reconhecer é Amar!” e o posto instalado no fórum de São Luís chegou por uma filha de Irene. “Ela foi testemunha em um casamento realizado aqui no fórum, e a juíza anunciou que iria ter início o projeto.

AGILIDADE

São Luís terá mais três Varas Cíveis até final do ano

Três novas varas cíveis serão instaladas em São Luís até o final do ano, no anexo do Fórum Des. Sarney Costa, no Cahau. A medida vai elevar para 12 o número de varas cíveis na capital e segunda maior comarca do estado, e atacar de frente ponto crítico para acúmulo de processos no Judiciário maranhense. Há unidades com acervo superior a 6 mil processos.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, deu garantias à instalação e há entendimentos para que chegue a cinco o número de varas, informou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, na sessão plenária administrativa do TJMA dessa quarta-feira, 18. O anúncio

foi bem recebido, também em razão do crescimento demográfico da capital e da população estimada em 1 milhão de habitantes.

O desembargador Paulo Velten Pereira citou as varas cíveis como o grande obstáculo do Judiciário em São Luís e disse causar séria preocupação o fato de ser humanamente impossível a um juiz cuidar de unidade jurisdicional com esse volume de processos.

Segundo o corregedor, antes da instalação o Judiciário reunirá os juizes das nove varas cíveis em funcionamento, e das varas futuras, para discutir meios de reduzir efetivamente os estoques processuais. Cleones Cunha lembrou que levantamentos anteriores revelaram



Desembargador Guerreiro Júnior, presidente do TJMA

quantidade de autos menor ao informado. Conferir a baixa do processo no sistema de dados do TJMA é uma das ações que permite checar o total de feitos.

"As varas cíveis da capital

atingiram nível de estrangulamento sem precedentes, também devido ao contínuo aumento das demandas. As novas varas vão corrigir boa parte dessas distorções", observa Guerreiro Júnior.

VISTORIA APONTA AVANÇOS NAS OBRAS DE REFORMA EM PEDRINHAS

O Sindicato dos Profissionais de Educação do município de Igarapé Grande (SINPROMIG) ajuizaram Ação Civil Pública contra o prefeito Geames Macedo Ribeiro por improbidade administrativa. Eles denunciam que os valores referentes aos empréstimos consignados, que são descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores, não estão sendo repassados aos bancos que concederam os empréstimos.



Vistoria aponta avanços nas obras de reforma da Penitenciária de Pedrinhas

Com 20 leitos, o espaço atende todas as casas prisionais de São Luís



A Penitenciária dispõe de atendimento odontológico, psiquiátrico e de assistente social

Uma vistoria de representantes de diversos órgãos na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, na tarde desta quarta-feira (18), apontou avanços nas obras de reforma da unidade prisional. Participaram da inspeção os representantes da Defensoria Pública, Luis Otávio Rodrigues e Thiago Josino; o 1º Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar; o promotor Pedro Lino; e o bispo Dom Xavier. Também presentes o secretário adjunto da Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, e o superintendente de controle e Execução Penal da Capital, Fredson Maciel, que representaram a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O início da vistoria foi no Núcleo de Saúde da unidade, onde integrantes da comitiva conversaram com internos que estavam sendo atendidos. A Penitenciária dispõe de atendimento odontológico, psiquiátrico e de assistente social. Todos os dias há enfermeiros

e técnicos de enfermagem de plantão 24 horas e bioquímicos. No local, são oferecidos exames de raios-X, testes de HIV, hepatite e vacinação.

Com 20 leitos, o espaço atende todas as casas prisionais de São Luís. "Outros leitos já estão sendo disponibilizados para as demais", informou Iólce Ribeiro, responsável pelo setor de saúde das unidades.

A vistoria continuou nas dependências internas e nas celas que estão passando por reforma e sendo finalizadas. No pavilhão onde estão os detentos de São Luís, algumas celas foram recuperadas, mas ainda passarão por adequações. O bloco B comporta as celas de 20 a 55, totalizando 36, que irão abrigar três detentos cada uma.

"Este bloco já está 90% pronto, restando apenas os ajustes no sistema de ventilação e as instalações da equipe de permanência", esclareceu o secretário adjunto João Bispo Serejo.

O bloco A, onde ficam os presos do interior do estado, está em uso há cerca de dois meses e tem 19 celas com três detentos em cada uma, assim como o pavilhão 7, entregue no final do ano passado, que tem 10 celas com quatro internos cada uma.

Segundo o defensor público Thiago Josino, a finalização da reforma e posterior liberação das instalações da Penitenciária de Pedrinhas desafogarão outras unidades da capital. "Essa participação da Defensoria Pública nas vistorias das obras é necessária para acompanhar a evolução da reforma, mas a defensoria age também com visitas semanais em todas as unidades com atendimento direto ao detento", completou.

Andamento - Após a finalização da inspeção, a comitiva, juntamente com os representantes da Sejap e o engenheiro responsável pela obra, se reuniram para analisar o andamento dos serviços. Foram observados prazos e co-

locados em pauta os problemas e os avanços do processo de recuperação do prédio.

De acordo com o engenheiro responsável pela obra na Penitenciária de Pedrinhas, Djalma Gomes, no prazo de 30 dias será entregue o bloco destinado aos presos da capital. A construção da quadra que dividirá os presos do interior dos da capital também será acelerada para que seja entregue o mais rápido possível e dentro da data prevista.

"Os ajustes na ventilação e a aceleração nas obras, que ainda têm prazo de execução de 90 dias, são fatores fundamentais para a aprovação e liberação do bloco onde irão permanecer os presos da capital", frisou o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar.

O bispo Dom Xavier, presente na vistoria por convite do juiz Jamil Aguiar, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em conjunto com a Defensoria Pública e Ministério Público, com o objetivo de melhorar a qualidade do sistema carcerário maranhense.

Pedrinhas - A Penitenciária de Pedrinhas é a mais antiga do Complexo Penitenciário e foi inaugurada há 40 anos. É composta pelo Presídio Feminino, Presídio de Pedrinhas, Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), Casa de Detenção (Cadet), Presídio São Luís I e II, Trilagem e o Centro de Detenção Provisória (CDP).

CERIMÔNIA

3ª Vara Criminal de Timon concede indulto a 33 apenados

A juíza Lewman de Moura Silva, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Timon, presidiu na última semana, uma solenidade de entrega de indultos a 33 apenados. A cerimônia, realizada no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, contou com a presença de representantes da Associação de Proteção aos Condenados de Timon - APAC e da

Pastoral Carcerária.

Os 33 beneficiados com o indulto cumpriam penas por diversos crimes, como lesão corporal leve, furto e assalto. Durante a entrega do indulto aos reeducandos, Lewman de Moura usou a palavra para aconselhar os agraciados com o benefício. A magistrada afirmou que as drogas são os grandes inimi-

gos na vida dos ex-detentos.

"O conselho que posso dar a esses apenados é de que se mantenham longe das drogas e valorizem a família. Sugiro que vocês procurem a igreja como suporte espiritual para uma nova vida", falou aos presentes.

O indulto é uma concessão do governo federal e beneficia com a extinção de

pena àqueles que por bom comportamento cumpriram a condenação em liberdade condicional. Os agraciados devem obedecer às exigências da lei, entre as quais comparecer regularmente ao Fórum para assinar frequência, não se envolverem em novos delitos, nem viajarem para fora da cidade sem autorização do judiciário.

■ JUDICIÁRIO

Entre a urna e o tribunal

Candidatura de Wellington do Curso ainda corre riscos de ficar pelo caminho por conta da disputa entre o professor e o PSL, legenda na qual ele é filiado



MARIANA SALGADO

A disputa judicial entre Wellington do Curso e o seu partido, o Partido Social Liberal (PSL), ainda está longe de terminar. A defesa do professor afirma que deve recorrer ao Tribunal de Justiça caso a 2ª Vara Cível indefira a candidatura. O PSL não incluiu o nome de Wellington do curso na lista de candidatos escolhidos na convenção, realizada em 30 de junho, alegando que ele não teria vivência de partido. O que levou à primeira ação judicial.

Wellington está aguardando julgamento do seu terceiro mandado de segurança, impetrado com o intuito de ter o nome incluso na lista de candidatos da sigla, que está pela segunda vez na 2ª Vara Cível.

Esse mesmo mandado esteve antes nas mãos do juiz Jamil Aguiar, da 76ª Zona Eleitoral, que deu a liminar garantindo a Wellington do Curso o direito de candidatar-se. Na avaliação de Rodrigo Lago, advogado do

PSL, o juiz afirmou não saber dos outros dois processos, "e talvez por isso tenha concedido a liminar", supôs.

Conforme relatou ao *O Imparcial* Carlos Lula, advogado de Wellington do Curso, o primeiro mandado de segurança foi proposto no dia da convenção para que pudesse participar do evento. Com o fim da convenção, teve que desistir do processo. Já o segundo mandado exigia seu nome na lista de candidatos e na ata da convenção, e foi entregue para o juiz José Américo Abreu, da 1ª Zona Eleitoral, que alegou não ser de sua competência, re-



No Tribunal de Justiça Wellington está lutando para ter seu nome incluso na lista de candidatos e, paralelamente, está sofrendo impugnação de sua candidatura na Justiça Eleitoral por não ter seu nome incluso na lista

Carlos Lula,
Advogado de
Wellington do Curso

distribuindo à 2ª Vara Cível. O juiz Luiz de França Belchior indeferiu. Wellington entrou então com o terceiro processo, agora na 76ª Zona Eleitoral, incluindo nas provas uma lista que constava o seu nome como pré-candidato.

A defesa do PSL diz que houve uma reunião prévia, em maio, com aproximadamente 50 participantes, em que Wellington não se apresentou. Na ocasião, foi levada uma lista em que estava o seu nome, mas naquele momento a sua candidatura foi logo descartada pelos demais companheiros de partido. Como havia muitos interessados nos poucos cargos de candidato, o coletivo haveria considerado sua ausência partidária. Em razão disso o

nome de Wellington nem chegou a ir para as Convenções. O advogado de Wellington diz que ele se quer foi convidado para a reunião.

Mesmo com todos os percalços ele ainda conseguiu fazer o registro individual de sua candidatura, mas foi impugnado pelo partido. “Quem tem direito a registro individual de candidatura é o sujeito que foi escolhido em convenção mas não foi registrado pelos dirigentes, por algum motivo. O nome de Wellington nem chegou a ir para convenção, por isso impugnamos”, esclareceu Rodrigo Lago.

“No Tribunal de Justiça, Wellington está lutando para ter seu nome incluso na lista de candidatos e, paralelamente, está sofrendo impugnação de sua candidatura na Jus-

tiça Eleitoral por não ter seu nome incluso na lista”, explicou o advogado Carlos Lula.

A defesa do PSL se preocupa com a decisão da Justiça. Se for deferida, para que Wellington entre na lista o partido terá que excluir do pleito algum candidato que foi escolhido em convenção. Para Rodrigo, Wellington está sendo intransigente, pois, “se seu nome não constava na lista de candidatos na Convenção, ele não pode ficar impetrando mandados de segurança até encontrar um juiz que conceda a liminar”.

O advogado de Wellington garante não desistir do processo, já que é direito de seu cliente, como cidadão que preenche todos os requisitos, concorrer para vereador de São Luís.



O advogado Carlos Eduardo Lula afirma que vai recorrer a todas as instâncias na luta para assegurar a candidatura de Wellington do Curso, alvo de impugnação pelo PSL

SAIBA MAIS

A Odisseia de Wellington

Cronologia da luta travada pelo professor que pretende disputar o cargo de vereador em São Luís

30/6 – Wellington entra com o 1º mandado de segurança. Para concorrer como candidato a vereador na convenção do PSL. Mas desiste do processo com o fim da convenção.

1º/7 – defesa de Wellington deu entrada no mandado de segurança na Justiça Eleitoral. O processo foi distribuído ao juiz titular da 1ª Zona Eleitoral, José Américo Abreu, que declinou da competência, e remeteu a causa à Justiça Comum. Na 2ª Vara Cível, o caso foi julgado pelo mesmo Luiz de França Belchior,

que negou a liminar. Wellington desistiu do processo.

5/7 – O empresário consegue uma liminar em mandado de segurança, concedida pelo Juiz Jamil Aguiar, da 76ª Zona Eleitoral.

6/7 – PSL deu entrada do recurso no TRE. O juiz no plantão eleitoral era Belchior.

7/7 – Belchior cassou a liminar do juiz Américo.

19/7 – Defesa do Wellington aguarda decisão final da 2ª Vara Cível. Podendo recorrer caso seja indeferido.

Fórum Des. Sarney Costa

São Luís terá mais três Varas Cíveis até final do ano

Três novas varas cíveis serão instaladas em São Luís até o final do ano, no anexo do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A medida vai elevar para 12 o número de varas cíveis na capital e maior comarca do estado, e atacar de frente ponto crítico para acúmulo de processos no Judiciário maranhense. Há unidades com acervo superior a 6 mil processos.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, deu garantias à instalação e há entendimentos para que chegue a cinco o número de varas, informou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, na sessão plenária administrativa do TJMA dessa quarta-feira, 18. O anúncio foi bem recebido, também em razão do crescimento demográfico da capital e da população estimada em 1 milhão de habitantes.

O desembargador Paulo Velten Pereira citou as varas cíveis como o grande obstáculo do Judiciário em São Luís e disse causar séria preocupação o fato de ser humanamente impossível a um juiz cuidar de unidade jurisdicional com esse volume de processos.

Segundo o corregedor, antes da instalação o Judiciário reunirá os juizes das nove varas cíveis em funcionamento, e das varas futuras, para discutir meios de reduzir efetivamente os estoques processuais. Cleones Cunha lembrou que levantamentos anteriores revelaram quantidade de autos menor ao informado. Conferir a baixa do processo no sistema de dados do TJMA é uma das ações que permite checar o total de feitos.

"As varas cíveis da capital atingiram nível de estrangulamento sem precedentes, também devido ao contínuo aumento das demandas. As novas varas vão corrigir boa parte dessas distorções", observa Guerreiro Júnior.

As nove varas cíveis de São Luís funcionam todas no Fórum do Calhau, inaugurado em 1988 e que deveria funcionar com limite de 20 varas judiciais. Havia ali 41 varas – mais que o dobro –, incluindo Cíveis, de Família, Criminais, da Fazenda Pública, Entorpecentes e do Tribunal do Júri. Há dois meses as unidades são gradualmente transferidas para o anexo construído pelo Tribunal de Justiça.

São João do Paraíso

Prefeito é denunciado pelo TJ por crime de desobediência

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia contra o prefeito de São João do Paraíso, Raimundo Galdino Leite, por desobediência a ordem judicial. Numa ação de reintegração de posse em que é acusado de invadir um terreno, Leite recebeu, em novembro de 2009, notificação do juiz da 1ª Vara da comarca de Porto Franco, Antonio Donizete Aranha, mas não compareceu para prestar informações nos autos do processo.

Nova ordem judicial para

prestação das informações já solicitadas anteriormente foi expedida em novembro de 2011. Novamente o denunciado manteve-se inerte e não atendeu ao pedido do juiz competente, mesmo notificado pela Justiça.

Diante dos fatos, a 1ª Promotoria da Comarca de Porto Franco encaminhou cópia do processo à Procuradoria Geral de Justiça (PGE), apontando uma possível ocorrência de crime de desobediência. Consta nos autos que a PGE oportunizou manifestação por parte de

Galdino Leite, mas, no entanto, ele não se pronunciou.

Com a clara resistência do prefeito em cumprir a ordem judicial, não apresentando nenhuma justificativa para tal ato, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o gestor municipal.

Voto – Ao receber a denúncia, o relator do processo, desembargador Bayma Araújo, observou que ela serve para analisar os fatos, lembrando que o gestor municipal deixou de prestar informações judiciais sobre assuntos relevantes.



São Luís terá mais três Varas Cíveis até final do ano

Três novas varas cíveis serão instaladas em São Luís até o final do ano, no anexo do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. A medida vai elevar para 12 o número de varas cíveis na capital e segunda maior comarcado estado, e atacar de frente ponto crítico para acúmulo de processos no Judiciário maranhense. Há unidades com acervo superior a 6 mil processos.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, deu garantias à instalação e há entendimentos para que chegue a cinco o número de varas, informou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, na sessão plenária administrativa do TJMA dessa quarta-feira, 18. O anúncio foi bem recebido, também em razão do crescimento demográfico da capital e da população estimada em 1 milhão de habitantes.

O desembargador Paulo Velten Pereira citou as varas cíveis como o grande obstáculo do Judiciário em São Luís e disse causar séria preocupação o fato de ser humanamente impossível a um juiz cuidar de unidade jurisdicional com esse volume de processos.

Segundo o corregedor, antes da instalação o Judiciário reunirá os juizes das nove varas cíveis em funcionamento, e das varas futuras, para discutir meios de reduzir efetivamente nos estoques processuais. Cleones Cunha lembrou que levantamentos anteriores revelaram quantidade de autos menor ao informado. Conferir a baixa do processo no sistema de dados do TJMA é uma das ações que permite checar o total de feitos.

“As varas cíveis da capital atingiram nível de estrangulamento sem precedentes, também devido ao contínuo aumento das demandas. As novas varas vão corrigir boa parte dessas distorções”, observa Guerreiro Júnior.

As nove varas cíveis de São Luís funcionam todas no Fórum do Calhau, inaugurado em 1988 e que deveria funcionar com limite de 20 varas judiciais. Havia ali 41 varas – mais que o dobro – incluindo Cíveis, de Família, Criminais, da Fazenda Pública, Entorpecentes e do Tribunal do Júri. Há dois meses as unidades são gradualmente transferidas para o anexo construído pelo Tribunal de Justiça.

DESCE ↓

O prefeito de São João do Paraíso, Raimundo Galdino Leite, foi denunciado à 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão por desobediência a ordem judicial. Numa ação de reintegração de posse em que é acusado de invadir um terreno, Leite recebeu, em novembro de 2009, notificação do juiz da 1ª Vara da comarca de Porto Franco, Antonio Donizete Aranha, mas não compareceu para prestar informações nos autos do processo.

Prefeito é denunciado por crime de desobediência

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia contra o prefeito de São João do Paraíso, Raimundo Galdino Leite, por desobediência a ordem judicial. Numa ação de reintegração de posse em que é acusado de invadir um terreno, Leite recebeu, em novembro de 2009, notificação do juiz da 1ª Vara da comarca de Porto Franco, Antonio Donizete Aranha, mas não compareceu para prestar informações nos autos do processo.

Nova ordem judicial para prestação das informações já solicitadas anteriormente foi expedida em novembro de 2011. Novamente o denunciado manteve-se inerte e não atendeu ao pedido do juiz competente, mesmo notificado pela Justiça.

Diante dos fatos, a 1ª Promotoria da Comarca de Porto Franco encaminhou cópia do processo à Procuradoria Geral de Justiça (PGE), apontando uma possível ocorrência de crime de desobediência. Consta nos autos que a PGE oportunizou manifestação por parte de Galdino Leite, mas, no entanto, ele não se pronunciou.

Com a clara resistência do prefeito em cumprir a ordem judicial, não apresentando nenhuma justificativa para tal ato, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o gestor municipal.

Ao recebera denúncia, o relator do processo, desembargador Bayma Araújo, observou que ela serve para analisar os fatos, lembrando que o gestor municipal deixou de prestar informações judiciais sobre assuntos relevantes.



Representantes de órgãos que vistoriaram a Penitenciária de Pedrinhas, após a visita

Vistoria aponta avanços nas obras de reforma da Penitenciária de Pedrinhas

Uma vistoria de representantes de diversos órgãos na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, na tarde desta quarta-feira (18), apontou avanços nas obras de reforma da unidade prisional. Participaram da inspeção os representantes da Defensoria Pública, Luís Otávio Rodrigues e Thiago Josino; da 1ª Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar; o promotor Pedro Lino; e o bispo Dom Xavier. Também presentes o secretário adjunto da Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, e o superintendente de controle e Execução Penal da Capital, Fredson Maciel, que representaram a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O início da vistoria foi no Núcleo de Saúde da unidade, onde integrantes da comitiva conversaram com internos que estavam sendo atendidos. A Penitenciária dispõe de atendimento odontológico, psiquiátrico e de assistente social. Todos os dias há enfermeiros e técnicos de enfermagem de plantão 24 horas e bioquímicos. No local, são oferecidos exames de raios-X, testes de HIV, hepatite e vacinação.

Com 20 leitos, o espaço atende todas as casas prisionais de São Luís. "Outros leitos já estão sendo disponibilizados para as demais", informou Ióllice Ribeiro, responsável pelo setor de saúde das unidades.

A vistoria continuou nas dependências internas e nas celas que estão passando por reforma e sendo finalizadas. No pavilhão onde estão os detentos de São Luís, algumas celas foram recuperadas, mas ainda passarão por adequações. O bloco B comporta as celas de 20 a 55, totalizando 36, que irão abrigar três detentos

cada uma.

"Este bloco já está 90% pronto, restando apenas os ajustes no sistema de ventilação e as instalações da equipe de permanência", esclareceu o secretário adjunto João Bispo Serejo.

O bloco A, onde ficam os presos do interior do estado, está em uso há cerca de dois meses e tem 19 celas com três detentos em cada uma, assim como o pavilhão 7, entregue no final do ano passado, que tem 10 celas com quatro internos cada uma.

Segundo o defensor público Thiago Josino, a finalização da reforma e posterior liberação das instalações da Penitenciária de Pedrinhas desafogarão outras unidades da capital. "Essa participação da Defensoria Pública nas vistorias das obras é necessária para acompanhar a evolução da reforma, mas a defensoria age também com visitas semanais em todas as unidades com atendimento direto ao detento", completou.

Andamento – Após a finalização da inspeção, a comitiva, juntamente com os representantes da Sejap e o engenheiro responsável pela obra, se reuniram para analisar o andamento dos serviços. Foram observados prazos e colocados em pauta os problemas e os avanços do processo de recuperação do prédio.

De acordo com o engenheiro responsável pela obra na Penitenciária de Pedrinhas, Djalma Gomes, no prazo de 30 dias será entregue o bloco destinado aos presos da capital. A construção da quadra que dividirá os presos do interior dos da capital também será acelerada para que seja entregue o mais rápido possível e dentro da data prevista.

Presidente do STF elogia pontos de gestão do TJMA

Após agenda de trabalho com o presidente do STF, quarta-feira, 18, em Brasília, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, se mostra entusiasmado com a disposição do ministro Ayres Britto em atuar decisivamente no encaminhamento e solução a problemas do Judiciário nacional, e pelas considerações positivas sobre pontos da sua gestão e dinâmica de trabalho do TJMA.

O ministro fez menções em especial à iniciativa do tribunal maranhense em divulgar para a sociedade, sem reservas, a sua folha de pagamento de magistrados e servidores, e detalhamento de dados financeiros da gestão; e quanto a boa produtividade da magistratura de 1º e 2º graus.

O portal www.tjma.jus.br foi aberto em telão durante a reunião do ministro com presidentes de TJs e citado como exemplo de transparência no Judiciário.

Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, e intermediador do encontro desembargador Marcus Faver, revelou que os TJs respondem por cerca de 80% da demanda processual no Brasil “e precisam ser vistos de forma diferenciada dentro do Poder Judiciário”.

Segundo Guerreiro Júnior, o presidente do STF formulou várias perguntas sobre o TJMA – de ordem financeira, administrativa e de encaminhamento de serviços e projetos – e demonstrou estar satisfeito com as respostas.

No setor de obras, por exemplo, foi informado sobre a reforma de fóruns – e planos para a construção de pelo menos dez novos – e da iniciativa da atual gestão em autorizar o resgate de quatro prédios históricos. O presidente do TJMA acentuou a ele, contudo, a dificuldade orçamentária para tocar e concluir esses serviços.

“Levei ao ministro diagnóstico da Justiça maranhense, e o encontrei não apenas disposto a escutar, como a encontrar saídas a inquietações minhas e de outros presidentes de tribunais de justiça”, disse Guerreiro Júnior. O presidente do TJMA segue em Brasília até hoje, onde, logo mais, tem reunião agendada com o conselheiro do CNJ Bruno Dantas.

Poder Judiciário de Vitorino Freire doa cestas básicas a famílias carentes

DIVULGAÇÃO

Famílias carentes da comarca de Vitorino Freire receberam na sexta-feira (13), cestas básicas doadas pelo Poder Judiciário local. A entrega das 30 cestas compostas por cerca de 30 itens cada foi feita pelo titular 1ª vara da comarca e idealizador da iniciativa, juiz Jairon Ferreira de Moraes, no Fórum da cidade. A doação foi a segunda do tipo realizada pelo juiz. Em junho, outras 30 cestas foram distribuídas entre pessoas carentes da comunidade.

Segundo Jairon Ferreira, as distribuições são precedidas de um "processo de identificação e escolha das pessoas carentes, feito através de informações prestadas pelos órgãos de assistência social e pelas entidades religiosas do município".

Processos – As cestas foram obtidas "no âmbito de processos criminais cujos denunciados aceitam as propostas que as incluem em sede de suspensão condicional do processo ou de transação penal formuladas pelo Ministério Público, o que normalmente ocorre em processos cuja pena, em seu mínimo legal, não excede a um ano", explicou o juiz.

Casos do tipo são os de seis pessoas às quais cabe entregar duas cestas, mensalmente, durante dois anos, ao Poder Judiciário. A um proprietário de terras



Juiz entrega cestas básicas a carentes de Vitorino Freire

denunciado por crime ambiental coube multa com valor a ser convertido em 60 cestas básicas com valor igual ou maior que R\$ 60,00 e mais dez trenas de 50 metros cada.

Ações sociais – Diz o juiz: "A iniciativa está ligada ao fato de que se acha consolidado o entendimento segundo o qual o Poder Judiciário desempenha, para além de suas atribuições ordinárias, um importante papel social. Por isso mesmo tornou-se

uma necessidade crescente o seu protagonismo nas mais diversas áreas, através da promoção de programas de atuação administrativa e jurídica ou ainda de ações sociais inclusivas que busquem permanentemente o aumento da qualidade de vida do jurisdicionado".

O magistrado ressalta que outras distribuições estão previstas para acontecer, dependendo exclusivamente de nova disponibilidade de cestas.

Pai, de 80 anos, reconhece a filha de 62, no posto do “Reconhecer é Amar!”

DIVULGAÇÃO

Em apenas dois dias de funcionamento, o posto do projeto “Reconhecer é Amar!” no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, já fez 14 atendimentos, sendo oito reconhecimentos voluntários de paternidade e seis indicações de paternidade. O projeto “Reconhecer é Amar!” foi criado pela Corregedoria Geral da Justiça para incentivar o reconhecimento de paternidade voluntário baseado no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, cuja campanha foi lançada nacionalmente na quarta-feira (18).

Atendendo de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o posto do “Reconhecer é Amar!” foi a oportunidade que faltava para José Ribamar Calvert, de 80 anos, enfim reconhecer legalmente a paternidade da filha Irene Mendes do Nascimento, de 62 anos. Depois de anos de convivência, Irene realizou o sonho de ter a sua paternidade declarada. “Estou muito feliz! Durante muito tempo quis que isso acontecesse. Sempre soube que ele era meu pai, sempre convivemos, mas agora, além do carinho, terei o meu pai reconhecido nos meus documentos”, comemorou ela, que é viúva, tem nove filhos e mora em São Luís.

O comerciante José Ribamar Calvert se emocionou ao assinar o Termo de Reconhecimento da Filha. “Sempre quis que todos os meus filhos fossem registrados. Nunca a registrei porque a mãe dela não permitia, mas agora, tudo está se resolvendo”, comentou ele, que tem 12 filhos, destes, nove foram registrados,



José Ribamar com Irene durante o reconhecimento de paternidade

um foi reconhecido recentemente e o último será reconhecido e breve, segundo José de Ribamar. Morador de Rosário, ele viajou até São Luís só para reconhecer a filha.

Oportunidade – No caso de José Ribamar e Irene, as informações sobre o projeto “Reconhecer é Amar!” e o posto instalado no fórum de São Luís chegou por uma filha de Irene. “Ela foi testemunha em um casamento realizado aqui no fórum, e a juíza anunciou que iria ter início o projeto. Ela sugeriu que eu falasse com o meu pai e o chamasse para fazer o meu reconhecimento”, revelou Irene Mendes do Nascimento.

De acordo com os servidores que estão realizando os atendimentos no posto, muitas pessoas

aproveitaram os dois primeiros dias de funcionamento para buscar mais informações. No local, panfletos com o passo a passo para a realização do reconhecimento de paternidade.

“O projeto ‘Reconhecer é Amar!’ é uma forma simples e gratuita de todo pai reconhecer voluntariamente a paternidade de seu filho. E as mães e filhos maiores de idade também podem indicar essa paternidade. Queremos que todos os filhos, no Maranhão, possam ter o nome de seu pai declarado em sua certidão de nascimento”, destacou o corregedor-geral da Justiça, desembargado Cleones Carvalho Cunha, que fez questão de presenciar o reconhecimento feito por José Ribamar Calvert.

❖❖ O juiz José Raimundo Sampaio Silva, titular do 13º Juizado Especial Cível e Criminal, no Bairro do Maracanã, encerra hoje um mutirão de audiências na unidade judicial. Até hoje, o magistrado contabilizará um total de 240 audiências.

3ª Vara Criminal de Timon concede indulto a 33 apenados

A juíza Lewman de Moura Silva, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Timon, presidiu na última semana, uma solenidade de entrega de indultos a 33 apenados. A cerimônia, realizada no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, contou com a presença de representantes da Associação de Proteção aos Condenados de Timon - APAC e da Pastoral Carcerária.

Os 33 beneficiados com o indulto cumpriam penas por diversos crimes, como lesão corporal leve, furto e assalto. Durante a entrega do indulto aos reeducandos, Lewman de Moura usou a palavra para aconselhar os agraciados com o benefício. A magistrada afirmou que as drogas são os grandes inimigos na vida dos ex-detentos.

“O conselho que posso dar a esses apenados é de que se mantenham longe das drogas e valorizem a família. Sugiro que vocês procurem a igreja como suporte espiritual para uma nova vida”, falou aos presentes.

O indulto é uma concessão do governo federal e beneficia com a extinção de pena àqueles que por bom comportamento cumpriram a condenação em liberdade condicional. Os agraciados devem obedecer às exigências da lei, entre as quais comparecer regularmente ao Fórum para assinar freqüência, não se envolverem em novos delitos, nem viajarem para fora da cidade sem autorização do judiciário.